

MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015

Anderson Tavares²

Escrito por Danilo Enrico Martuscelli, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil* aborda as crises que marcaram o governo de Fernando Collor de Mello, em 1992, que teve como consequência o seu *impeachment*, e aquela durante o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2005.

A importante reflexão vem a tona, exatamente no momento em que o governo de Dilma Rousseff, encabeçado por PT e PMDB, enfrenta uma de suas mais duras crises políticas, na qual alguns setores têm levantado a hipótese de destituição constitucional da presidente. Nesse sentido, a análise traz elementos que nos permitem pensar a crise atual e a sua relação com as demais crises políticas do recente período republicano.

O autor se apoia na análise teórica das situações de crises políticas observando-as nos processos mais gerais de transformações nas formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil dos anos 1990 e 2000, período caracterizado pelas políticas neoliberais. Assim, percebe como essas crises influenciaram o andamento da política estatal, na medida em que as frações de classe dominantes se confrontaram no processo político e produziram transformações na política econômica e no Estado.

O livro está dividido em quatro capítulos, dos quais os dois primeiros, *Transição ao capitalismo neoliberal no Brasil* e *Natureza e dinâmica da crise do governo Collor*, são dedicados, respectivamente, ao contexto das transformações

² Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

econômicas e sociais durante o governo Collor materializadas na introdução das medidas de caráter neoliberal e a crise que levou à interrupção do mandato de Fernando Collor. Os dois últimos capítulos, *Reformas no capitalismo neoliberal no Brasil* e *Natureza e dinâmica da crise do partido do governo (PT) em 2005*, por sua vez, analisam as reformas realizadas no modelo neoliberal implementado no Brasil e a crise política de 2005, que o autor define como “crise do partido do governo”, evidenciando a sua concentração em torno do Partido dos Trabalhadores.

Durante o governo Collor, quando se buscou a realização das reformas mais drásticas de ajuste neoliberal no Brasil, o autor considera que as tensões presentes naquele governo, entre Executivo e Legislativo, expressam as disputas entre a *burguesia imperialista* e a *burguesia interna*. Esta última via com reservas o processo de abertura econômica posto em prática e que seria aprofundado nos anos seguintes. O *impeachment* de Collor foi, portanto, o desfecho de uma crise política na qual a burguesia interna contou com o apoio das classes médias e do operariado no desgaste e isolamento do governo abrindo a possibilidade de sua destituição. O elemento diferencial daquela conjuntura foram as manifestações de massas protagonizadas principalmente por estudantes.

Em resumo, o autor aponta as medidas neoliberais durante o governo Collor no tocante às políticas de arrocho salarial, privatização das empresas públicas e incentivo ao ingresso de capital estrangeiro (inclusive no processo de privatizações). Destaco aqui a análise que o autor faz das disputas no Congresso Nacional em torno das medidas que encaminharam o processo de privatização. A atuação da burguesia interna logrou criar limitações no âmbito das privatizações como a criação da lista de empresas não-privatizáveis – “Banco do Brasil, instituições financeiras de caráter regional (Banco da Amazônia), o Instituto de Resseguros do Brasil e empresas de setores considerados estratégicos” –, a limitação da participação do capital estrangeiro, limites na concentração de capitais nas empresas privatizadas, entre outras. O resultado da atuação da burguesia interna no Congresso foi a concentração das privatizações nos setores de siderurgia, petroquímica e produção de fertilizantes (p. 68-76).

Apesar da bem sucedida política de privatizações, para os interesses da burguesia imperialista, os planos econômicos do governo não obtiveram sucesso na contenção da inflação e na retomada do crescimento da economia.

Vale lembrar o desgaste criado com as medidas de confisco das poupanças. Nesse contexto, entraram em cena as acusações feitas por Pedro Collor (irmão de Fernando Collor) contra Paulo César Farias (ex-tesoureiro de campanha), e envolvendo o presidente Fernando Collor. O autor sustenta que o desfecho dessa crise ocorreu com a atuação da burguesia interna com o objetivo de isolar o presidente. O processo de investigação avançou na medida em que as manifestações de massas sobre a corrupção contribuíram para isolar mais ainda o presidente criando indecisões no principal partido aliado do governo, o PFL.

Sem estancar o processo de introdução das políticas neoliberais no Brasil, o autor afirma que durante o governo Itamar, a criação do Plano Real foi o diferencial para o controle da inflação:

Quanto ao conteúdo e ao programa de execução, é possível dizer que, diferentemente dos planos de estabilização monetárias anteriores, o Plano Real não se ancorava em políticas de congelamento de preços e de salários ou mesmo no confisco da poupança. Suas diretrizes centrais estavam alinhadas ao tripé macroeconômico neoliberal: abertura econômica, privatização de empresas e serviços e supressão ou redução de direitos sociais (p. 135).

Os dois últimos capítulos, dedicados ao contexto econômico-social e à crise política do governo Lula em 2005, abordam as reformas realizadas nas políticas neoliberais, cerca de dez anos após o seu sucesso inicial marcado pelo controle da inflação proporcionado pelo Plano Real. Nesse sentido, o desenlace da chamada crise do “mensalão” foi decisivo para uma mudança na condução da política econômica do governo. O apoio da burguesia interna ao presidente foi um dos fatores determinantes para que a crise de 2005 tenha apontado em uma direção diferente daquela que ocorrera no governo Collor.

Vale destacar que, para Martuscelli, entre o governo Collor, os governos de FHC e o primeiro governo de Lula ocorrem transformações nos marcos da política neoliberal: de um neoliberalismo “mais duro” para um neoliberalismo “moderado” (social-liberalismo) que aparece já no final do segundo mandato de FHC e toma contornos mais definidos no final do primeiro mandato de Lula.

Nesse contexto, o PT foi responsável por buscar melhores espaços de acomodação dos interesses da burguesia interna no aparelho estatal e nas políticas econômicas. Assim, a política de juros subsidiados ao setor produtivo,

a criação de agências estatais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a lei das PPP's indicavam a inclinação de setores no interior do governo por mudanças na política econômica:

Na verdade, consideramos que as parcerias público-privadas (PPP's) fazem parte de um novo consenso ideológico que identificamos com a política social-liberal ou neoliberal moderada que, no lugar de satanizar o Estado como um mal em si, procura tomá-lo como um parceiro na busca de um novo tipo de desenvolvimento. (...) Nesse novo consenso ideológico, que se apresentava ainda de maneira embrionária, sob o primeiro governo Lula, instaurou-se o reencontro da burguesia brasileira com a burocracia de Estado. Incapaz de defender seus próprios interesses, a longo prazo, diante dos capitais imperialistas, é com respaldo da burocracia estatal e de instrumentos de política econômica que essa fração de classe passaria a obter uma maior projeção política (p. 168).

Além da relação da alta burocracia do governo com as frações de classes dominantes, o autor argumenta, a partir do conceito de “estatismo”, que se modificaram as relações do governo do PT com as diversas frações da classe trabalhadora. Assim, se aprofunda a identificação entre a burocracia estatal e as frações mais pauperizadas das classes dominadas, em geral, setores desorganizados politicamente. Tal movimento condiz com o processo de ampliação dos programas de renda mínima.

Para explicar a relação das burocracias sindicais com o governo do PT e a realização dos cortes de direitos sociais, o autor utiliza a noção de “aristocracia dos trabalhadores assalariados”, inspirada na noção de “aristocracia operária”, de Adam Przeworski. Esse setor dos trabalhadores assalariados formou uma aliança com a burguesia interna na defesa de reformas no neoliberalismo (p. 201). No quarto e último capítulo, o autor destaca “a crise do partido do governo”. Esta noção é utilizada para indicar uma diferença em relação à crise de 1992, pois a instabilidade mais recente não colocou em risco a continuidade do mandato presidencial. A crise de 2005 não chegou a significar uma crise no bloco de poder.

Um conjunto de fatores contribuiu para “a desarticulação política do governo federal”: a manutenção da política neoliberal, baixa execução de emendas parlamentares e a reduzida distribuição de pastas ministeriais (p. 209).

No momento mais agudo da crise o governo cedeu refazendo a distribuição dos ministérios (p. 221). Coube à revista *Veja* a publicação de uma matéria sobre o esquema de corrupção nos Correios, fato que foi o estopim da crise política. Como uma espécie de fuga para frente a burguesia interna incidiu no cenário de crise defendendo uma “agenda mínima para a governabilidade”, a partir da qual colocava a importância da estabilidade e da redução da taxa de juros (p. 225-226).

Apesar da aproximação do governo com a burguesia interna isso não significou a perda da hegemonia da “grande burguesia financeira internacional”, mas a acomodação dos interesses da burguesia interna no “núcleo hegemônico” (p. 217-218). Nesse sentido, o autor considera a crise de 2005 como uma “crise política positiva” para as classes dominantes. O autor destaca ainda o processo de crise interna pelo qual passou o PT e o consequente processo de reorganização das suas forças internas.

A abordagem do autor sobre as diversas frações da burguesia, em linhas gerais, privilegia a distinção entre burguesia imperialista e burguesia interna. A primeira estaria vinculada aos interesses dos capitais financeiros internacionais e predominantemente de origem norte-americana, enquanto a segunda se refere aos setores da burguesia que possuem a sua principal fonte de acumulação de capitais localizadas no Brasil. Ainda que negando a existência de um antagonismo entre elas, tal divisão obnubila o entrelaçamento entre os capitais de distintas origens e setores de acumulação que marca o processo de desenvolvimento capitalista atual.

Nesse sentido, a importância da obra em questão é das mais profícuas por suscitar o necessário debate sobre as formas de mediação e articulação entre as conjunturas políticas e as estruturas sociais e econômicas. As transformações no modelo neoliberal e as formas das lutas de classes são questões-chave para a compreensão da crise social que caracteriza o desenvolvimento capitalista brasileiro.